

Para Joel Korn, títulos ao par e com desconto terão a preferência dos bancos

por Cristina Borges
do Rio

A maior parte dos bancos credores do Brasil deverá optar por bônus ao valor par e por bônus com desconto de 35%, com prazo de 30 anos, para trocar a dívida brasileira, no elenco das combinações propostas no princípio de acordo, firmado na quinta-feira. A previsão é do vice-presidente sênior do Bank of America para a América Latina, Joel Korn.

A instituição bancária norte-americana, principal credora do Brasil, com cerca de US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2 bilhões, ainda não definiu quais são suas opções. "Uma decisão, agora, ainda é prematura. Quando montamos a estrutura do acordo, as estimativas indicavam que a preferência dos credores seria pelos instrumentos lastreados em títulos do governo dos Estados Unidos, que garantem o principal da dívida", disse Korn.

A redação final do acordo da dívida externa brasileira, a ser submetida à aprovação do Senado, deve estar concluída daqui a um mês, com resposta de 95% dos bancos credores. Korn acredita que a assinatura definitiva do acordo se dará no primeiro trimestre de 1993. "Antes disso será muito difícil", acrescentou ele.

O vice-presidente do Bank of America destacou que o ingresso de dinheiro novo foi negociado em condições mais favoráveis, mediante incentivos dados aos credores, mas ele reconheceu que o volume de no-



Joel Korn

vos recursos não deverá ser expressivo. Um dos pontos bem positivos do princípio do acordo, conforme avaliação de Korn, é que os bancos credores poderão usar todas as opções do cardápio para participar do programa de privatização das estatais brasileiras. Ele destacou, ainda, entre outras vantagens, na sua opinião, o acesso do Brasil ao mercado de capitais internacional, a criação de condições para a atração de mais capital de risco para investimentos diretos e para as bolsas de valores.

Os desdobramentos que o acordo permite são muito importantes, disse Korn, citando como exemplo a possibilidade da redução das taxas de juro domésticas. "O acordo é um meio importante para a estabilização econômica do Brasil, mas sua concretização é dependente de reformas internas para não comprometer a capacidade de pagamento do País", destacou ele.